

VI Encontro Nacional da Anppas
18 a 21 de setembro de 2012
Belém - PA – Brasil

Contribuições e desafios das organizações sociais na mobilização e ação dos pescadores artesanais do litoral sul de PE

Luclécia Cristina Morais da Silva (UFPE)
Bióloga, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE
lucrisms@yahoo.com.br

Resumo

Os conflitos dos pescadores no litoral pernambucano, historicamente relacionados à poluição dos estuários e desmatamento dos manguezais causados pela agroindústria canavieira, tem se convertido nas últimas décadas por conflitos territoriais. Pois tais espaços intersticiais têm sofrido pressão de redução por conta da nova onda de crescimento econômico no Brasil. E assim, mangues e praias passaram a ser cobiçados como área de empreendimentos diversos. Esta pesquisa aborda o conflito socioambiental existente entre os pescadores artesanais e os interesses empresariais e governamentais para o Litoral Sul de Pernambuco. Relata ainda como os pescadores têm se organizado frente à perda do território tradicionalmente ocupado por eles e descreve como está ocorrendo o processo de criação de uma Reserva Extrativista no estuário do Rio Sirinhaém (PE), que tem como beneficiários pescadores artesanais de dois municípios: Sirinhaém e Ipojuca. Nesse contexto, existe no litoral sul de Pernambuco um campo conflitivo que se liga à luta de pescadores artesanais para permanecerem em seu território, em que estão envolvidas perspectivas diversas de progresso, qualidade de vida e proteção ambiental. Neste campo estão presentes entidades que agem em defesa dos pescadores e dos direitos humanos, atuando na orientação e mobilização destes pescadores na luta por uma maior participação social através de uma gestão compartilhada dos recursos pesqueiros da região.

Palavras-chave

Pesca artesanal, conflitos socioambientais, organizações sociais

Contribuições e desafios das organizações sociais na mobilização e ação dos pescadores artesanais do litoral sul de PE

Luclécia Cristina Morais da Silva (UFPE)
Bióloga, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE
lucrisms@yahoo.com.br

Introdução

Muitos empreendimentos industriais e turísticos têm transformado a paisagem do litoral sul de Pernambuco e originado diversos impactos ambientais não só aos biomas litorâneos, como também para as populações que tradicionalmente ocuparam essa região, em especial aos pescadores artesanais que utilizam os estuários e plataforma continental para suas atividades. Esses pescadores apesar de manejarem os recursos naturais existentes, geralmente são excluídos das decisões sobre o destino de seus territórios, os quais são muitas vezes sua única fonte de subsistência.

Os pescadores artesanais são compreendidos por Almeida (2004), como sendo um grupo politicamente organizado e em construção. E a pesca artesanal é compreendida não apenas como uma atividade produtiva, mas, como um meio de interação cultural e de sociabilidade entre as comunidades pesqueiras (Mendonça e Valencio, 2008). Sendo o trabalho na pesca artesanal, segundo Ramalho (2004), algo intrínseco e subjetivo, uma arte onde a produção adquire um aspecto material e imaterial, que tem um componente estético em sua razão de existência. Pois o belo está justamente na liberdade de observar o potencial da natureza e ter a habilidade necessária para viver do mar sem ser subordinado às únicas opções de trabalho existentes na região (Ramalho, 2010).

Os conflitos socioambientais nessa região não são recentes e a perda da autonomia dos pescadores artesanais sobre o território que ocupam e sobre sua reprodução econômica e cultural data de longos anos, pois a região é também área de monocultura de cana-de-açúcar, existindo várias usinas canavieiras, sendo algumas delas: Cucaú, Trapiche, Salgado, Ipojuca, Central Barreiros, Santo André e Bom Jesus (Silva, 2011).

Para Acselrad (2004) os conflitos ambientais se constituem a partir de duas formas: pela desigual posse, uso e controle do meio ambiente e pela dimensão simbólica onde são estabelecidos distintos sentidos e projetos que pleiteiam por reconhecimento e legitimidade. Por possuírem uma intrínseca dependência dos recursos naturais, esses povos não têm um grande potencial de

VI Encontro Nacional da Anppas 18 a 21 de setembro de 2012 Belém - PA – Brasil

mobilidade e a desestabilização dessas formas de apropriação não capitalista da natureza costuma ficar invisível frente aos grandes projetos de “desenvolvimento” que geram poucos empregos, mas em contrapartida, põe em risco a subsistência de inúmeras pessoas (Acsegrad *et al.*, 2009).

Assim, existe na região um campo conflitivo que se liga à luta de pescadores artesanais para permanecerem em seu território, em que estão envolvidas perspectivas diversas de progresso, qualidade de vida e proteção ambiental. Neste campo estão presentes entidades que agem em defesa dos pescadores e dos direitos humanos, atuando na orientação e mobilização destes pescadores na luta por uma maior participação social através de uma gestão compartilhada dos recursos pesqueiros da região.

Essas organizações sociais que auxiliam na mobilização dos pescadores artesanais são diversas e cada uma traz uma distinta maneira de agir na defesa do meio ambiente e da cultura local e são também espaços políticos e de disseminação de novas ideologias sobre o próprio meio ambiente onde atua a comunidade pesqueira.

O Município de Sirinhaém, no litoral sul de PE

Este texto vai tratar mais especificamente sobre os conflitos socioambientais no município de Sirinhaém que se encontra a 80 Km da cidade do Recife, têm uma população de 33.046 habitantes, segundo dados do IBGE (2000), e localiza-se na Mesorregião Mata, Microrregião Meridional do Estado de Pernambuco. O município é constituído pelos distritos de Sirinhaém, Barra de Sirinhaém e Ibaritinga. Em Barra de Sirinhaém existe uma população de 10.045 habitantes, de acordo com o Censo 2000/IBGE. Entre o município de Sirinhaém e o município de Ipojuca localiza-se o estuário do Rio Sirinhaém, composto por 17 ilhas fluviais (que foram habitadas até o ano de 2010) . A região estuarina de Sirinhaém é uma área da União (“terras de Marinha”), que desde 1898 foi aforada à Usina Trapiche, a maior usina da região, existente desde 1887.

Apesar de todo o litoral sul de PE sofrer com os impactos socioambientais dos empreendimentos turísticos e industriais, tem-se em Sirinhaém um exemplo de resistência ao avanço dos modelos hegemônicos capitalistas. É interessante observar que as ações de resistência popular aos grandes projetos que pregam trazer o desenvolvimento para a região têm sido paulatinamente enfraquecidas. Pois em Ipojuca foi construído o Porto de Suape e várias empresas tem se instalado nas áreas circunvizinhas e os municípios seguintes estão também sendo alvo desses projetos de desenvolvimento.

VI Encontro Nacional da Anppas 18 a 21 de setembro de 2012 Belém - PA – Brasil

Em Sirinhaém não há uma forte tradição turística porque como a praia fica próxima ao estuário, a água do mar está geralmente mais turva mesmo em dias em que não tem chuva o que afasta os turistas. Talvez por esse mesmo motivo, não há também no litoral de Sirinhaém muitas casas de veraneio, como ocorre nas demais praias do litoral sul, sendo então o litoral composto por casas dos próprios pescadores artesanais. Há ainda na área uma ilha (Ilha de Santo Aleixo) que tem sido utilizada turisticamente pelos pescadores que fazem o transporte de pessoas a partir de seus barcos, contudo este “passeio turístico” está com seus dias contados, pois existe um projeto para a construção de um resort na Ilha de Santo Aleixo.

A população da cidade de Sirinhaém é composta por três *tipos de pescadores*: existem os pescadores *permanentes*, que pescam o ano inteiro para o consumo próprio de sua família e venda do excedente. Há o pescador *temporário*, que não tem a atividade pesqueira como sua principal fonte de sobrevivência, mas que a pratica eventualmente e os pescadores *ocasionais* que são, em geral, pequenos agricultores e/ou trabalhadores rurais de engenhos próximos à região das ilhas que, na entressafra da cana-de-açúcar, recorrem à pesca para complementar a alimentação de seus familiares (IBAMA, 2008). Os pescadores permanentes se subdividem em pescadores de “fora”, localizados em sua maioria em Barra de Sirinhaém, que pescam em alto mar e entre os pescadores de “dentro” que pescam no estuário.

A origem do município de Sirinhaém, segundo o Diagnostico Socioambiental do Litoral Sul (CPRH, 1999) foi a partir da ocupação dos portos fluviais localizados em fundo de estuário, nos pontos onde os rios deixavam de ser navegáveis, que desempenharam importante papel no escoamento do açúcar produzido. Mas com a chegada das ferrovias, essas povoações foram altamente impactadas e algumas caíram na invisibilidade, como os ex-moradores das ilhas. Enquanto os núcleos litorâneos, menos dependentes da economia açucareira, como em Barra de Sirinhaém, continuaram a ter seu crescimento dependente da pesca.

A aceleração do processo de expansão urbana da área, a partir dos anos setenta, tem como fatores principais a expulsão, em massa, de população da zona rural canvieira em decorrência da implantação do PROÁLCOOL (1975) Assim, população expulsa do campo passa a aglomerar-se na periferia das cidades, em encostas com altas declividades, manguezais, alagados e outras áreas impróprias para assentamentos humanos, intensificando a proliferação de bolsões de pobreza e seus desdobramentos sociais - mendicância infantil, prostituição e violência, entre outros problemas que afligem os núcleos urbanos da área.

(Diagnostico Socioambiental do Litoral Sul, CPRH, 1999 p. 25).

VI Encontro Nacional da Anppas 18 a 21 de setembro de 2012 Belém - PA – Brasil

Segundo Dabat (2003), depois da escravidão a mão de obra dos canaviais passou a morar nos engenhos e posteriormente com o Proálcool, em 1975, essa população passou ao processo de “proletarização”. As usinas açucareiras foram então reconhecidas como o “avanço do capitalismo no campo” e no município de Sirinhaém não foi diferente, mas a proximidade com o mar trazia certa “estabilidade” a essa população expulsa do campo, mas que viam no mar um local para retirar seu sustento. Os benefícios econômicos oriundos do governo federal desde a década de 70 fizeram com que os usineiros não desprezassem nenhuma parcela de terra ainda sem o plantio da cana-de-açúcar levando a destruição dos sítios e roçados dos trabalhadores, bem como a mata original ainda existente.

Muitas dessas populações expulsas do campo se instalaram entre as diversas ilhas estuarinas do município de Sirinhaém ainda por volta do século XX, intensificando-se por volta de 1920 quando a Companhia Agrícola Mercantil de Pernambuco, hoje denominada Usina Trapiche S.A., construiu um cais para escoar a sua produção. E assim, com o passar do tempo as famílias que utilizavam os recursos do mangue durante a entressafra da cana de açúcar começaram a aumentar em número devido aos casamentos entre os membros da comunidade (IBAMA, 2008).

“Nasci lá nas ilhas, minha mãe chegou lá em 1914. Eu tive 21 filhos, tenho nove vivos, tudinho morava lá...

Eu criava porco, galinha, até vaca eu criei.

Eu pescava amoré, guaiamum, caranguejo, siri, aratu, camuri, arapeba”.

(Ex-morador das ilhas - 64 anos – Entrevista ao autor em 09/10/10).

“A gente pescava caranguejo, botava camboa de rio e de mangue, pegava Aratu, todo tipo de peixe. Tinha pé de coqueiro, muitas galinhas, três viveiros de peixe. Quando a safra do mangue fracassava aí já tinha o viveiro ou senão botava camboa de rio e de mangue”.

(Ex-morador das ilhas - 30 anos – Entrevista ao autor em 09/10/10).

Os pescadores estuarinos de Sirinhaém começaram a ser expulsos das ilhas (aforadas à Usina Trapiche) a partir do discurso de que estavam degradando o meio ambiente e então as 53 famílias que residiam nessas ilhas foram sendo paulatinamente retiradas. O conflito teve seu acirramento em 1998 quando a Usina Trapiche foi vendida ao grupo alagoano representado por Luís Antônio de Andrade Bezerra e no ano de 2010 a última família foi retirada.

A estratégia utilizada pelos administradores da usina, segundo relato dos pescadores, passou a ser a demolição das casas e a destruição das lavouras e das fruteiras, chegando até ao fechamento da escola local.

VI Encontro Nacional da Anppas
18 a 21 de setembro de 2012
Belém - PA – Brasil

“Eu morei 42 anos nas ilhas, eu to com 79 anos. Eu tive 23 filhos, na ilha do Macaco, criava galinha, cabra, porco, cavalo. Tive pé de jaqueira, mangueira, coco, tem pé de coração de Índia, cajueiro, bananeira... tudo isso tinha...

“A minha casa derrubaram”.

(Ex-morador das ilhas – Entrevista ao autor em 09/10/10).

“Eu tinha cajueiro, mangueira, jaqueira... era de caju como daqui em camboinha, de caju que a usina derrubou, fora as outras coisa...”

(Ex-morador das ilhas – 64 anos – Entrevista ao autor em 09/10/10).

“A gente já morou na Raposinho, que a usina chegou a botar fogo, aí fomos morar lá no Carvoeiro”.

(Ex-morador das ilhas – 30 anos – Entrevista ao autor em 09/10/10).

Alguns desses pescadores receberam pequenas casas como indenização e outros se encontram espalhados pela periferia de Sirinhaém, passando a fazer parte da ocupação desordenada do município. A maioria das casas encontra-se em locais de difícil acesso, a distâncias de cerca de 8 a 10 Km do manguezal, sendo necessário um grande deslocamento desses pescadores para poder ter acesso ao mangue, de onde tiram a subsistência.

A partir da fragmentação dessa comunidade foram se desfazendo os laços que formavam essa rede social que favorecia a construção da identidade cultural dos seus integrantes e propiciava um sentido às suas vidas (Rangel, 2007). É perceptível em seus depoimentos o sentimento de não pertencimento ao lugar no qual habitam atualmente e muitos não conseguiram se integrar em novas relações sociais junto aos demais moradores dos locais onde hoje residem. E a grande maioria desses pescadores nunca contribuiu para a previdência e por isso encontram-se desassistidos pelo INSS.

Atualmente a situação dos ex-moradores das ilhas é bastante precária, pois a grande maioria encontra-se desempregada, percorrem grandes distâncias para ter acesso aos recursos pesqueiros do mangue e nas atuais moradias não há espaço para guardar as jangadas que antes eles possuíam. Muitos relatam ainda que antes, colocavam os apetrechos de pesca no mangue e iam realizar outros afazeres, retornando posteriormente para pegá-los. Mas, hoje a distância, como também a fiscalização da usina dificultando o acesso dos pescadores ao mangue, são fatores que tem levado ao abandono da prática de pesca.

Processo de criação da Reserva Extrativista Sirinhaém-Ipojuca e seus entraves

Em 1998, o Conselho Pastoral dos Pescadores (entidade social ligada à Igreja Católica e bastante atuante na região costeira de Sirinhaém) já havia solicitado ao governo e ao Serviço de Patrimônio Público de PE a desapropriação da área pertencente à Marinha ocupada pela Usina Trapiche, bem como também um levantamento sobre os débitos referentes ao não pagamento de alguns foros pela referida usina e ainda a apreciação de denúncias de incêndios e derrubadas de algumas casas dos pescadores da região, bem como as denúncias de poluição do estuário com o despejo do vinhoto, subproduto da fabricação do etanol a partir da cana de açúcar.

“agora (no verão) que começou a moagem e é quando a gente tem o impacto da usina, que é o verão todinho jogando vinhoto no rio. Essa semana desceu uma carga, aí a gente vai pegar o quê? Vai pegar é nada, nada mesmo. Porque a carga que desceu matou peixe... época da moagem começa a soltar a calda e a gente não tem o que lucrar”

(Pescador e ex-morador das ilhas – Entrevista ao autor em 09/10/10).

“Antes tinha muito pescado, hoje tem muito pouco. As pescadoras de Aratu no verão sai em três kombi daqui pra Recife, pra pescar aratu lá. Três kombi por semana, duas vezes por semana. Na segunda, na quarta, na quinta. Aqui tem, mas é muito pouco, muito miudinho. Eu mesmo já pesquei muito fora daqui, já pesquei em Itapissuma, em Itamaracá, em Maria Farinha, Conceição, Abreu e Lima, Rio Formoso, Alagoas, Atapuz, Paraíba, Pitimbu. Tanto sai daqui a turma pra pegar aratu como sai a turma pra pegar caranguejo em Alagoas. E peixe aqui no rio nem se fala. Hoje por muito pelear ainda vai ali e pega um peixinho pra comer, mas daqui a alguns anos não vai ter nem pra comer, porque já foi feita uma pesquisa aqui e o oxigênio do rio tava zero, eles disseram que não sabe como tinha peixe ali. Mas vai chegar um ponto que não vai ter nada nem pra contar história”

(Pescador da Colônia de Barra de Sirinhaém – Entrevista ao autor em 08/10/10).

A maneira como a Usina Trapiche encaminhou todo o processo de expulsão dos ilhéus é bastante controverso, pois segundo representantes da empresa tudo foi feito de forma pacífica. Segundo, Cauby Figueiredo, engenheiro agrônomo da Usina Trapiche:

“Nós tiramos esse pessoal gradativamente, aos poucos, aonde íamos fazendo um trabalho de conscientização. Tanto é que não foi nada forçado, que não foi nada de maneira agressiva que as últimas que saíram agora... já que não tava conseguindo sair de uma forma assim, consciente, de uma forma tranquila... nós tivemos que apelar para o lado jurídico. Mas as outras 51 famílias saíram de uma

VI Encontro Nacional da Anppas 18 a 21 de setembro de 2012 Belém - PA – Brasil

forma gradativa, na medida em que a gente ia convencendo, conscientizando e a gente dava uma área pra eles construírem uma residência e onde tinha uma qualidade de vida melhor, mais perto da zona urbana, com uma casa de melhor qualidade, melhor padrão, uma melhor condição de vida” (Cauby Figueiredo, representante da Usina Trapiche – Entrevista ao autor em 28/12/10).

O fato sobre como foi o processo de retirada dos pescadores das ilhas, se arbitrário ou conciliativo, é apenas o pano de fundo de uma evidência maior: a de que a complexidade e a diversidade das formas locais de imaginação do território foram reduzidas a um conjunto de “imóveis” a serem removidos, ou seja, a existência de uma forma coletiva de viver e relacionar-se com o ambiente foi vista a partir de processos mercantis de indenizações feitas aos moradores (Zhourri & Oliveira, 2010).

Então, na busca por tentar verem reconhecidos direitos universais de acesso a um meio ambiente preservado e a continuidade de suas práticas sociais, os pescadores artesanais das ilhas de Sirinhaém postularam ao Estado serem incluídos na categoria de populações tradicionais já presentes na legislação ambiental vigente, pois, dentre os diferentes contextos e argumentos que postulam o conceito de povos tradicionais, percebe-se existir uma flexível definição na legislação oficial que regulamenta essa categoria. E então, diferentes grupos sociais específicos são incorporados nessa categoria legal que tenta diferenciá-los juridicamente para dar-lhes direito as terras que tradicionalmente habitam ou habitavam (Silveira, 2011). Por isso, a criação de Reservas Extrativistas¹ (Resex) tem se constituído, como parte da agenda política de diversos grupos classificados como populações tradicionais, entre eles os pescadores artesanais, visando resguardar territórios tradicionalmente utilizados.

Assim, a Comissão Pastoral de Terra (CPT) que também vinha atuando na região de Sirinhaém começou a conscientizar a comunidade das ilhas pela busca de seus direitos e juntamente com diversas ONGs, pastorais sociais, e apoiada por um abaixo assinado dos ex-moradores das ilhas, solicitaram em 2006 a criação de uma Unidade de Conservação de uso sustentável na região.

Ainda em 1998 ocorreu uma viagem de técnicos do Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) IBAMA, pelo litoral de Pernambuco, identificando demandas dos movimentos sociais para proteção de áreas costeiras onde havia populações tradicionais (Silveira, 2009). Neste

¹ As Reservas Extrativistas são unidades de conservação estabelecidas em uma área de interesse para a conservação biológica, em que o Estado estabelece uma concessão de uso para a população tradicional residente na área. Não podem existir áreas privadas em seu perímetro e elas possuem ainda um conselho deliberativo formado por diferentes representantes da sociedade civil e do governo, sendo em sua maioria composto pela população local (MMA, 2006).

VI Encontro Nacional da Anppas 18 a 21 de setembro de 2012 Belém - PA – Brasil

período as primeiras Resex em áreas florestais já haviam sido criadas na Amazônia há alguns anos e o conceito de Reservas Extrativistas Marinhas se fortalecia. Assim, a criação de Resex apareceu como uma forma interessante para os pescadores de dar um encaminhamento institucional para os conflitos que aconteciam no litoral pernambucano. Surgiram então propostas de Resex em Sirinhaém, onde havia envolvimento da CPT e do CPP, e no Litoral Norte do estado, com atuação do CPP.

A solicitação da Resex Sirinhaém-Ipojuca (pois situa-se entre os dois municípios) foi feita pelas entidades dos pescadores, apoiada pela Comissão Pastoral da Terra, entre outras ONGs no início de 2006. E ainda no fim desse mesmo ano, os técnicos do IBAMA visitaram a área e sugeriram que um estudo socioambiental fosse feito na região.

Em 2007, o trabalho em Sirinhaém foi intensificado, após a finalização dos trabalhos na Resex de Acaú-Goiana. E, ao final do ano de 2007, foi iniciada pelo IBAMA a elaboração dos estudos para a criação da Resex Sirinhaém-Ipojuca:

Na solicitação da Resex existia também um pedido para a desapropriação dos Engenho-4(o da)-3ETBT1

VI Encontro Nacional da Anppas 18 a 21 de setembro de 2012 Belém - PA – Brasil

Outra dificuldade enfrentada pelos técnicos do IBAMA durante a realização dos estudos para a criação da reserva foi a divisão do IBAMA com a criação do ICMBio. As vistorias técnicas em Sirinhaém estavam sendo feitas em abril de 2007 e enquanto o IBAMA se preparava para dar início ao estudo socioambiental, o ICMBio foi criado em setembro desse mesmo ano:

“Então esse processo sairia da mão do IBAMA e seria responsabilidade do ICMBio, que foi criado e não tinha estrutura nenhuma aqui ainda. Era mais o pessoal, cada um ligado a sua diretoria. Cada um ligado a sua Unidade de Conservação, mas não tinha uma coordenação estadual, regional, nada disso, que era quem seria responsável por tocar isso. Pois não dá para cada um sair de sua unidade de conservação pra ir iniciar um processo desses, né.

Mas, a gente decidiu que como o IBAMA começou, mesmo não sendo responsabilidade mais, mas como a gente deu início a esse processo a gente vai tocar isso. Só que o grande problema era isso... O IBAMA não tinha recurso pra fazer esse trabalho e na época o ICMBio também não tinha como pagar para o IBAMA... a questão das diárias, tudo que a gente precisava pra fazer esse trabalho em Sirinhaém. Então atrapalhou nesse sentido porque a gente começou o trabalho em outubro, primeiro de outubro de 2007 a gente iniciou os estudos e sem recurso nenhum, durante todo o processo a gente não recebeu nada pra fazer esse trabalho. A distância favorecia né, o trabalho até demorou um pouco porque a gente não tinha como chegar e ficar uma semana em Sirinhaém, porque a gente não tinha recurso pra estar garantindo a hospedagem e a alimentação da gente. A gente ia fazer o trabalho e no fim ou início da noite a gente voltava pra Recife, às vezes até no dia seguinte a gente ia de novo pra Sirinhaém fazer o trabalho e retornava”.

(Luiz Otávio Corrêa, analista do IBAMA - Entrevista ao autor em 29/10/10).

O estudo socioambiental foi finalizado em janeiro de 2008 pelo IBAMA e para a realização do estudo ambiental foi contratada uma consultoria. Os dois estudos foram enviados à Brasília (DIUSP-ICMBio) na metade do ano de 2008, já com o mapa e o memorial descritivo da área. Os estudos foram aprovados em Brasília e o próximo passo seria então marcar a consulta pública que ocorreu em 21 de agosto de 2009, aproximadamente um ano após o processo ter sido enviado à Brasília para ser analisado pela DIUSP (Diretoria de Uso Sustentável e Populações Tradicionais) do ICMBio.

Atualmente o processo para a criação da Resex Sirinhaém-Ipojuca que possui 2.649,13 hectares de área, encontra-se totalmente finalizado e a Resex aguarda tão somente o seu Decreto para ser definitivamente implantada e dar prosseguimento aos demais procedimentos.

Desde o ano de 2010 nenhuma nova Reserva Extrativista foi criada no Brasil, apesar de solicitações surgirem de todas as regiões do Brasil. Um motivo para isto é que a Casa Civil da Presidência da República passou a adotar como prática consultar as Casas Civas dos estados sobre a criação de unidades de conservação ambientais federais. Os governos estaduais, em geral mais

VI Encontro Nacional da Anppas 18 a 21 de setembro de 2012 Belém - PA – Brasil

preocupados com o desenvolvimento industrial que com as populações tradicionais, tem se posicionado contrário à criação das Resex, como é exatamente o caso de Pernambuco. Ao fim da pesquisa apresentada, é incerto se a Resex Sirinhaém-Ipojuca será ou não criada e, após criada, qual será o destino das famílias que foram retiradas das ilhas.

As dificuldades são muitas até porque a região possui uma antiga tradição na produção de cana através de diversas usinas. A usina Trapiche, uma das mais antigas, foi fundada em 1887 e possui atualmente 38 mil e 800 hectares de área. E grande parte da população de Sirinhaém que não possui a pesca como atividade produtiva depende da indústria canavieira para sobreviver.

Na opinião do analista ambiental do IBAMA Luiz Otávio Corrêa, que coordenou a elaboração dos estudos técnicos que fundamentaram a criação da Resex:

A finalidade é proteger o manguezal e garantir o ordenamento pesqueiro. “A Resex de Sirinhaém oferecerá oportunidades para que pescadores artesanais da região, abandonados pelos poderes públicos municipais”

VI Encontro Nacional da Anppas

18 a 21 de setembro de 2012

Belém - PA – Brasil

Resex é gerida por um conselho deliberativo no qual os pescadores teriam maioria das cadeiras, enquanto que uma APA é gerida por um conselho consultivo sem maioria dos pescadores.

Reservas extrativistas: proteção ambiental ou socioambiental?

Segundo Lobão (2006), as Reservas Extrativistas, pensadas inicialmente para resolver uma questão fundiária dos seringueiros no Acre², foram incorporadas às questões ambientais porque tais questões seriam complexas de serem resolvidas pelo INCRA e assim, a regularização da posse territorial ficou subordinada à proteção do meio ambiente que possui seu foco nos recursos naturais e não na perpetuação social e cultural dos povos que se utilizam desses recursos. Segundo Allegretti (2002), a Resex foi a primeira política construída pela sociedade civil e incorporada pelo poder público no Brasil, mas a partir da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000 as Resex ficaram submetidas ao conservacionismo, perdendo grande parte de seu objetivo original que era a proteção de direitos sociais, pois os princípios norteadores do SNUC não são os saberes tradicionais das populações.

O conceito de populações tradicionais por ser amplo e incluir diferentes tipos de povos traz também a dificuldade de se obter uma eficiente política social, que por buscar universalizar o que é particular acaba por deixar de fora a própria dinâmica da tradição ao longo do tempo. A atuação do Ministério do Meio Ambiente é limitada por acordos e financiamentos internacionais que definem a maneira como o meio ambiente deve ser visto e manejado, perpetuando diretrizes capitalistas que não visam a sustentabilidade dos povos locais, mas que estes “pensem globalmente e ajam localmente” colocando a responsabilidade dos problemas ambientais mundiais, nas costas dessas culturas tradicionais (Escobar, 1995).

Para Lobão (2006, p.228): *“a sustentabilidade é entendida como a satisfação das necessidades do presente. Para que isto aconteça as necessidades das gerações futuras também devem ser satisfeitas. A segunda cláusula condiciona a primeira. É o futuro que condiciona o presente. O passado não importa. As histórias e as culturas locais não importam”.*

Os pescadores artesanais ao serem incluídos na categoria de povos tradicionais concedem ao Estado o poder de legitimar suas identidades coletivas. *“E como resultado desta articulação, têm-se a criação de um híbrido, não portador de direitos, apenas habilitado à proteção legal e como um híbrido, uma população tradicional deve corresponder a um grupo social concreto, o que corresponde*

² Ver : Allegretti (2002); Chico Mendes (1989).

VI Encontro Nacional da Anppas 18 a 21 de setembro de 2012 Belém - PA – Brasil

a sua vinculação ao pólo natureza. No pólo da cultura, ela será reconhecida coletivamente a partir de características que não fazem parte das representações que o grupo tinha de si mesmo. O enquadramento se dá em conformidade com a interpretação do conteúdo das leis, regulamentos e pareceres científicos” (LOBÃO, 2006, p.156).

A proposta das Reservas Extrativistas que para alguns pescadores pode ser um caminho para garantir o território pesqueiro é vista por Lobão (2006, p.235), a partir das Resex já implantadas pelo Brasil: *“como um modelo de participação subordinada, onde um dos lados participa com o passado e o outro, com o futuro; onde uma das partes fala de interesses concretos e a outra alega interesses difusos. E assim, mesmo reconhecidos em sua singularidade e em seu direito à reprodução social de um modo de vida particular, a proteção e os direitos iniciais, transformam-se em tutela. Seu reconhecimento dá-se em uma posição subalterna, marcada pela diferença que estigmatiza e desigual. Não são donos de seu destino”.*

A busca dos Seringueiros no Acre era que através de demandas específicas eles obtivessem um alcance mais amplo, mas a política ambiental brasileira desarticulou esse objetivo inicial e hoje se percebe que os conflitos socioambientais no Brasil têm em geral, sido resolvidos a partir de políticas administrativas, enquanto em outros países como no Canadá, tem se resolvido pela via judicial (Lobão, 2006). No litoral sul de Pernambuco, o meio ambiente continua sendo tratado de maneira distinta pelos diferentes atores sociais em questão, pois para os pescadores artesanais consolidar a criação da Resex Sirinhaém-Ipojuca não é apenas uma questão ambiental, mas também uma conquista social, que apesar de não ser o único caminho nem o mais efetivo para garantir direitos sociais particulares, tem se estabelecido como uma tentativa ainda em construção.

Organizações sociais: suas contribuições e desafios

Muitas são as dificuldades para a implementação da Resex Sirinhaém-Ipojuca e, em geral, ainda falta uma maior participação e mobilização dos pescadores do próprio município de Sirinhaém e também de Ipojuca que tiveram parte de seu município incluído na área da Resex, como também uma maior articulação entre as diversas organizações sociais atuantes na região.

Os pescadores de Ipojuca atualmente estão mais envolvidos no setor turístico, devido à própria escassez dos recursos naturais, eles não se vêem motivados a estar fortemente engajados nessa luta e apesar de existir reuniões mensais envolvendo todas as colônias do litoral sul, observa-se que os pescadores de Sirinhaém são ainda os mais interessados em lutar por seus territórios

VI Encontro Nacional da Anppas 18 a 21 de setembro de 2012 Belém - PA – Brasil

enquanto as demais colônias, por ainda não se sentirem tão ameaçadas, preocupam-se mais com questões envolvendo a produção pesqueira.

Além das dificuldades inerentes ao processo de criação da Resex, há ainda projetos governamentais na área de pesca para os pescadores de Barra de Sirinhaém (compra de barcos e reconstrução do prédio da colônia de Barra de Sirinhaém) que são usados como “moeda de troca” para adquirir apoio dos pescadores contra a Resex, segundo relata Severino Santos do CPP.

A colônia de pescadores de Barra de Sirinhaém congrega apenas cerca de 600 pescadores de um total de aproximadamente 3.700 pescadores que existem no distrito, e apenas cerca de 50 pessoas possuem o hábito de participar das reuniões da colônia. A estrutura do prédio da colônia estava abandonada, e passou recentemente por uma grande reforma. O atual presidente da colônia foi eleito há pouco tempo, após um longo período (20 anos) de administração por um único pescador, que saiu da diretoria através de mandato de segurança devido aos desmandos realizados. A colônia então está em processo de reorganização. Barra de Sirinhaém conta também, com uma associação de pescadores que foi criada na antiga gestão da colônia como uma dissidência dos pescadores com o presidente da mesma (Governo do Estado de Pernambuco e Instituto Oceanário, 2009).

Segundo depoimento de Severino Santos do CPP, a comunidade beneficiada pela criação da Resex ainda não está amplamente organizada para estar lutando pela Resex, pois nem todos os pescadores são associados à colônia local e por isso não participam das reuniões e ficam então desinformados sobre tais questões. Contudo Severino acredita que este não deveria ser um grande empecilho para a mobilização, já que existem diversas entidades que atuam na região e então, mesmo que nem todos sejam associados à colônia, todos participam de algum modo das demais entidades (igrejas diversas, associações diversas, etc). Mas, como essas entidades não dialogam entre si, fica difícil um trabalho em conjunto com toda a comunidade beneficiada pela criação da Resex.

Percebe-se que muitas das dificuldades para integrar todos os pescadores e as organizações sociais atuantes em Sirinhaém decorrem de como foi solicitada a Reserva Extrativista. Pois inicialmente apenas os pescadores das ilhas estavam solicitando a Resex, visto que eles tinham o território ameaçado.

Dessa forma, a partir dos conflitos socioambientais decorrem processos de transformações sociais que podem ser observadas no nível individual (subjetivo), onde as pessoas incorporam determinados discursos úteis às suas reivindicações através da identificação de seus hábitos e costumes em alguma categoria específica que é protegida legalmente (Santos, 2009; Acselrad *et al.*, 2009).

VI Encontro Nacional da Anppas 18 a 21 de setembro de 2012 Belém - PA – Brasil

Esse processo de “ambientalização” é resultante da utilização da questão ambiental como instrumento para as distintas reivindicações. A interiorização do discurso ambiental se dá pela institucionalização dos conflitos, que adquirem uma nova fonte de legitimidade, argumentação e práticas (Lopes, 2006). As reivindicações das populações tradicionais surgem a partir do momento em que essas populações antes “invisíveis” passam a ter seus territórios cobiçados pela expansão do capital.

Então, percebendo que não adiantava apenas garantir a proteção de metade do estuário (a região das ilhas), os técnicos do IBAMA propuseram ampliar a área de abrangência da Resex para proteger toda a área dos recursos naturais que são fonte de subsistência não só dos ilhéus (o mangue), como também dos demais pescadores de Sirinhaem que praticam a pesca em alto mar. Então, o IBAMA começou a fazer reuniões junto aos pescadores de Barra de Sirinhaem para explicar sobre o projeto de criação da Resex, pois esses pescadores já sofriam com a poluição e a conseqüente diminuição dos recursos pesqueiros, mas ainda não haviam se articulado para tentar discutir um meio de solucionar esses problemas.

“Eles (IBAMA) no início da coisa foi só com o pessoal das ilhas, porque eles viram a luta, a briga com o pessoal das ilhas, a expulsão do pessoal. Aí iniciaram por eles e depois veio mostrar a importância do que vinha ser a Resex pra gente aqui”

(Pescador e Presidente da Colônia de Barra de Sirinhaem – Entrevista ao autor em 10/10/10).

Contudo, no início do processo dos estudos para a criação da Resex, como o IBAMA foi dividido para ser criado o ICMBio, que seria então o órgão responsável pelas Unidades de Conservação, muitas dificuldades foram enfrentadas para dar prosseguimento aos trabalhos. E mesmo já não tendo mais a competência e nem o recursos necessários para realizar tais estudos, os técnicos do IBAMA se comprometeram a realizar esse trabalho. Pois na visão dos técnicos do IBAMA, se eles deixassem para que tal estudo fosse feito pelo ICMBio certamente seria ainda mais complicado, já que o órgão recém criado não possuía as mínimas condições de funcionamento e nem funcionários para realizar tal estudo.

E assim posteriormente, com a estruturação do ICMBio, os procedimentos para a criação da Resex poderiam ser retomados. Foi nesse processo de transição entre IBAMA e ICMBio que os estudos da Resex foram feitos. Hoje as condições de funcionamento do ICMBio ainda deixam

VI Encontro Nacional da Anppas 18 a 21 de setembro de 2012 Belém - PA – Brasil

bastante a desejar, pois criado às pressas, esse órgão ainda possui um número insuficiente de funcionários para atender suas demandas.

Porém, todas as dificuldades do IBAMA para a criação da Resex não foram vivenciadas por muitos pescadores de Barra de Sirinhaém, que foram incluídos posteriormente nas discussões para a criação da Resex. E estes, por não terem acompanhado todo o processo desde o início ainda não compreende bem essa “história” de Resex.

“Eu só fiquei sabendo da proposta (da Resex) quando entrei na colônia, em outubro de 2007. A gente pensava que ia ser só os manguezais mesmo (nas ilhas). Eu não imaginava que ia pegar até a área de Porto de Galinha. A gente começou agora a conversar com Jorge (Presidente da Colônia de Ipojuca), na audiência pública. Até à audiência a gente não tinha se entrosado com Jorge, nesse processo não.

E a comunidade daqui também não tava sabendo não. Por isso até hoje a gente fica assim com uma mosca atrás da orelha, porque a Resex não veio... não foi de baixo pra cima. Veio de cima pra baixo. Porque quando a gente chegou aqui caiu aquilo de cima pra baixo, a gente ficou voando, um dizia uma coisa, outro dizia outra. Uns dizia que era bom, outros dizia que era ruim e lá vai e o IBAMA vinha fazer reunião, veio Bill, tudinho aí a preocupação é essa porque não é um negócio que a gente... entendeu?

Ronaldo tinha medo de uma revolta dos pescadores, porque se for implantada a Resex, os pescadores do mangue, os pescadores de caranguejo ia ser limitado, ia ter que ter a quantidade de caranguejo, o tamanho, se ia ser permitido pescar de laço ou não e tudo isso ia se resolver depois da Resex for criada.

Até hoje a preocupação dele é essa, se os pescadores vão ter que parar de pescar pra os caranguejo se reproduzir, eles vão viver de que?

(Pescador da Colônia de Barra de Sirinhaém – Entrevista ao autor em 08/10/10).

Os pescadores possuem uma grande sabedoria sobre o meio ambiente, construída ao longo dos anos. E então, para alguns, a presença de pessoas “de fora” para esclarecer como proteger a natureza nem sempre é vista com bons olhos. Assim, diante das circunstâncias, provavelmente, se o IBAMA não tivesse se dividido, mas permanecido trabalhando pela implantação da UC lá em Sirinhaém, hoje a confiança no órgão ambiental federal poderia ser maior. Até porque esses pescadores são alvo de constantes iniciativas do órgão ambiental estadual (CPRH) na tentativa de fazê-los aceitar o projeto da APA de Sirinhaém.

Mas, como o trabalho com as UC passou a ser do ICMBio, e este órgão ainda não conseguiu se estruturar suficientemente para estar dando continuidade ao processo de apoio para a criação da Resex, muitos pescadores ainda não estão bem esclarecidos sobre a Resex. Pois é necessário um

VI Encontro Nacional da Anppas

18 a 21 de setembro de 2012

Belém - PA – Brasil

certo tempo para que novos conceitos passem a fazer parte da vida e mentalidade desses pescadores que antes nunca tinham ouvido falar no “conceito Resex”.

É necessário um trabalho em conjunto entre os pescadores e uma maior interação entre as instituições sociais na busca de apoio, esclarecimento e articulações de novas parcerias na luta por seus direitos.

Atualmente já existe uma maior articulação entre as diversas entidades que dão suporte às lutas dos pescadores locais (CPT, CPP, Colônias, Associações). Mas, essa união e mobilização devem ser ainda mais fortes para que projetos em conjunto possam estar oferecendo um maior esclarecimento sobre o que é uma Resex a toda comunidade pesqueira de Sirinhaém no intuito de que as decisões possam ser amplamente discutidas, com o máximo de pessoas possíveis e não haja nenhum mal entendido na construção de um futuro comum a todos. Até porque mesmo sendo implantada, a Resex Sirinhaém-Ipojuca, não seria garantia de uma solução a todos os conflitos da região.

“Não depende só unir as colônias, unir só a gente. Tem que unir o povo todo. Aqui a gente luta pela Resex bem dizer a colônia só, sem o povo. O povo não se incomoda de nada. Pra você ver o povo se incomoda de vim pra uma reunião uma vez no mês. Vem aquele pouquinho de gente. Falta interesse do povo. Porque o povo também não vem?

Porque ficam colocando coisa na cabeça do povo. Não, porque a Resex vai ser ruim, porque Suape tá crescendo e Porto não agüenta mais tanto turista e o povo vai correr pra cá e chegando aqui não vai poder porque vai ser implantada a Resex. E aí ficam botando isso na cabeça do povo e então o povo não se incomoda”.

(Pescador da Colônia de Barra de Sirinhaém – Entrevista ao autor em 08/10/10).

Considerações finais

Os pescadores do litoral sul têm assistido a uma apropriação de seus territórios em nome da “defesa” do meio ambiente, pois há na região um esforço de relacionar pobreza a depredação ambiental evidenciando uma percepção discriminatória que desconsidera que os ricos são os principais responsáveis pela destruição do meio ambiente (Silva, 2009). E, também, desconsidera que as populações mais carentes são constantemente excluídas das políticas públicas que deveriam garantir uma melhor qualidade de vida e a proteção dos meios de subsistência destas (Valencio, 2010).

VI Encontro Nacional da Anppas 18 a 21 de setembro de 2012 Belém - PA – Brasil

Os conflitos ambientais ao adquirirem dimensões simbólicas distintas, refletem, geralmente, a tentativa de deslegitimação das lutas dos pescadores. E uma estratégia bastante utilizada é a da naturalização das desigualdades ambientais, ou seja, todos estão igualmente sujeitos aos efeitos nocivos da poluição pois a crise ambiental é um fenômeno global. E assim, o capitalismo impõe-se como uma regra que aprisiona os indivíduos na “alternativa” de conviver com a destruição ambiental para poder obter uma promessa de emprego e desenvolvimento econômico (Acselrad *et al.*, 2009).

Mas os pescadores não lutam por uma “fixidez dos lugares” (Zhourri e Oliveira, 2010) pois essas comunidades não estão voltadas ao passado, mas estão em permanente processo evolutivo buscando adaptar-se às mudanças, mas sem distanciar-se de seus valores culturais (Leroy, 2010). Não estarão alheios ou imóveis diante das transformações sociais, apenas não reiteram os projetos impostos pelo Estado e pelos empreendimentos privados (Zhourri e Oliveira, 2010). Os pescadores, ao defenderem um projeto alternativo frente à sujeição aos projetos hegemônicos do capital, buscam tão somente obter a capacidade de definir a própria existência e projetos futuros.

Nesse contexto, existe em Sirinhaém uma discussão para se garantir distintas reivindicações com a criação da Resex, a partir da inclusão dessa população nas decisões à cerca das políticas ambientais do governo. Onde o conhecimento ecológico desses pescadores hoje não reconhecido, possa contribuir para a realização de um manejo compartilhado dos recursos naturais (Kalikoski *et al.*, 2009). Se a criação da Resex Sirinhaém-Ipojuca irá contribuir ou não para garantir os direitos sociais dos pescadores e promover a perpetuação da arte pesqueira no município é algo duvidoso, mas pelo menos a partir dessa mobilização tem existido uma maior discussão sobre os conflitos socioambientais presentes na região na tentativa de solucioná-los (Silva, 2011).

Hoje, as dificuldades enfrentadas pelos pescadores de Barra de Sirinhaém são ainda diferentes das dificuldades enfrentadas pelos ex-moradores das ilhas, pois estes últimos já tiveram descaracterizado os seus modos de vida (Silva, 2011). Mas devido à expansão dos projetos industriais e turísticos sobre o litoral sul, provavelmente os pescadores de Barra de Sirinhaém terão esse mesmo destino. Diante desta percepção tem ocorrido uma maior união entre as diversas colônias do litoral sul e entre as diversas organizações sociais atuantes nestes locais na tentativa de garantir a manutenção e a valorização da pesca artesanal nesse município.

Referencias Bibliográficas

ALLEGRETTI, Mary Helena. 2002. **Queremos transformar os experimentos em políticas, entrevista a Renata Carvalho.** Debate sobre políticas públicas para Amazônia na imprensa brasileira, vol. XIX, dezembro 2002.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de . **Direitos à Floresta e Ambientalismo: os seringueiros e suas lutas.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 55, p. 35-52, 2004.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia C. do A.; BEZERRA, Gustavo das N. **O que é justiça ambiental.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 160p.

ACSELRAD, Henri. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais.** In: _____. (org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Heinrich Böll, p. 13-35, 2004.

CPRH. **Diagnóstico Socioambiental do Litoral Sul de Pernambuco.** Recife, 1999.

DABAT, Christine P. Y. R. **Moradores de engenho: Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development: the making and unmaking of the third world.** Princeton: Princeton University Press, 1995.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, Secretaria Especial da Juventude e Emprego e Instituto Oceanário. **Diagnóstico socioeconômico da pesca artesanal do litoral de Pernambuco.** CD-ROM, 2009.

IBAMA. **Estudo sócio-econômico dos ex-moradores e da comunidade pesqueira usuária das ilhas e do estuário do Rio Sirinhaém/PE.** In: IBAMA - Processo 02019. 000307/2006-31. Recife, 2008.

IBGE, Censo de 2000. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos de 1991 e 2000.**

KALIKOSKI, Daniela C.; SEIXAS, Cristiana S.; ALMUDI, Tiago. **Gestão compartilhada da pesca no Brasil: avanços e desafios.** Ambiente & Sociedade, Campinas, v. XII, n.1, p.151-172, jan.-jun. 2009.

LEROY, Jean-Pierre. **Amazônia: território do capital e territórios dos povos.** In: **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Andréa Zhouri & Klemens Larschefski (org.). Belo Horizonte, UFMG, 2010.

LOBÃO, Ronaldo J. da S. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma Política Pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (UNB), 2006.

VI Encontro Nacional da Anppas
18 a 21 de setembro de 2012
Belém - PA – Brasil

LOPES, José S. L. **Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas de participação.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n.25, p.31-64, jan./jun. 2006.

MENDES, Chico. 1989. **O Testamento do Homem da Floresta: Chico Mendes por ele mesmo.** (Org. e notas por Cândido Grzybowski). Rio de Janeiro: FASE.

MENDONÇA, Sandro Augusto Teixeira de e VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. **O papel da modernidade no rompimento da tradição: as políticas da seap como dissolução do modo de vida da pesca artesanal.** B. Inst. Pesca, São Paulo, 34(1): 107 - 116, 2008.

RAMALHO, Cristiano W. N. **Estética marítima pesqueira: perfeição, resistência e humanização do mar.** Ambiente & Sociedade, Campinas, v.XIII, n.1, p.95-110, já./jun. 2010.

_____. **O mundo das águas e seus laços de pertencimento.** Raízes, Campina Grande, vol.23, nº1 e 2, p.62-72, jan./dez. 2004.

RANGEL, M. **Redes sociais pessoais: conceitos, práticas e metodologia.** Tese de Doutorado, Faculdade de Psicologia. PUCRS, Porto Alegre, 2007.

SANTOS, Leonardo B. dos. **Trilhas da política ambiental: conflitos, agendas e criação de unidades de conservação.** Ambiente & Sociedade. Campinas, v. XII, nº1, pg.133-150, jan.-jun. 2009.

SILVA, Tarcísio A. A. da. **A dinâmica dos conflitos ambientais na zona da mata de Pernambuco: os assentados como vítimas e causadores de danos ambientais.** CIENTEC - Revista de Ciência, Tecnologia e Humanidades do IFPE - Ano I, Nº 1 - Abril/2009.

SILVA, Luclécia C. M. da. **Conflitos socioambientais em Sirinhaém: um caso de injustiça ambiental.** Monografia do Curso de Ciências Biológicas da UFPE, 101p. Recife, 2011.

SILVEIRA, Pedro C. B. (coord.). **Reservas extrativistas e pesca artesanal: etnografia do campo socioambiental em Pernambuco.** Relatório Parcial de Pesquisa Apresentado à FACEPE em janeiro de 2009 (mimeo).

VALENCIO, Norma. **Conflitos ambientais no Velho Chico: o modus operandi da descreditação pública da pesca artesanal.** In: Desenvolvimento e conflitos ambientais. Andréa Zhouri & Klemens Larschefski (org.). Belo Horizonte, UFMG, p. 202-223, 2010.

ZHOURI, Andréa e OLIVEIRA, Raquel. **Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização.** In: Desenvolvimento e conflitos ambientais. Andréa Zhouri & Klemens Larschefski (org.). Belo Horizonte, UFMG, p. 439-462, 2010.